

# A DEFESA DO LIBERALISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* DURANTE A CAMPANHA “O PETRÓLEO É NOSSO” (1946 - 1953)

## THE DEFENSE OF LIBERALISM IN *O ESTADO DE S. PAULO*'S PAGES DURING THE CAMPAIGN “THE OIL IS OURS” (1946 - 1953)

Celso CARVALHO JR.\*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo acompanhar a participação do jornal *O Estado de S. Paulo* nos debates travados em torno da criação da Petrobras. Órgão de tendência liberal, defendeu em suas páginas a presença do capital estrangeiro na economia brasileira opondo-se aos nacionalistas da campanha “O petróleo é nosso”, que defendiam a exploração de petróleo por meio do monopólio estatal. A imprensa teve um papel importante na questão do petróleo e aqui é entendida como um agente histórico que intervém nos acontecimentos, forma opiniões, conquista adeptos para suas causas e difunde projetos políticos e visões de mundo. Com o periódico paulista não foi diferente. A leitura de suas páginas, entre os anos de 1946 e 1953, revelou as estratégias e argumentos mobilizados pelo jornal para convencer o leitor a apoiar abertura do setor petrolífero à iniciativa privada.

**Palavras-chave:** História da imprensa – O Estado de S. Paulo – Petrobras – Liberalismo.

**Abstract:** This paper aims to monitor the participation of the newspaper *O Estado de S. Paulo* in debates around the creation of Petrobras. This liberal trend organ defended in its pages the presence of foreign capital in the Brazilian economy opposing the nationalist campaign ". The oil is ours " , which defended the oil exploration through the state monopoly . The press played an important role in the oil issue and here it is understood as a historical agent that intervenes in events, constitutes opinions, attract followers for their causes and spreads political projects and worldviews . With this São Paulo's newspaper it was not different. Reading its pages between the years 1946 and 1953 revealed the strategies and arguments deployed by the newspaper to persuade the readers to support the opening of the oil sector to private initiative.

**Keywords:** History of the press – O Estado de S. Paulo – Petrobras – Liberalism.

O presente artigo pretende acompanhar, de forma sistemática, a participação do jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*) nos debates travados em torno da criação da Petrobras. Órgão de tendência liberal, defendeu em suas páginas a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro, opondo-se à corrente nacionalista que prescrevia a exploração do petróleo por meio do monopólio estatal. Assim, procedeu-se a leitura dos editoriais e notícias sobre o petróleo, publicados entre 1946 e 1953, a fim de identificar

---

\* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Assis, CEP: 19.806-900, Assis, São Paulo – Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: [celsocj@yahoo.com.br](mailto:celsocj@yahoo.com.br)

os argumentos e estratégias utilizadas para defender seu ponto de vista bem como os grupos sociais de que o periódico foi porta-voz.

A periodização justifica-se na medida em que permitiu verificar o posicionamento do matutino em momentos importantes que precederam os debates sobre a criação da Petrobras. Deu-se especial ênfase à Constituição de 1946, às discussões sobre o Estatuto do Petróleo e à campanha “O petróleo é nosso”. Neste período, os debates sobre o petróleo empolgavam a opinião pública e a disputa entre os defensores do monopólio estatal e os favoráveis à abertura do setor ao capital estrangeiro foi bastante intensa.

A principal fonte desta pesquisa é a imprensa, aqui compreendida não como fonte de informações objetivas, mas como importante espaço de disputas e manipulação de interesses. Nesse sentido, nega-se, aqui, a perspectiva que simplesmente a toma como transmissor imparcial dos acontecimentos (BAHIA, 1990; LUCA, 2005; LUCA; MARTINS, 2008). Esse posicionamento se faz necessário porque muitos dos envolvidos na produção da notícia concebiam o jornal como difusor da verdade e o jornalista como um profissional imparcial, que apenas transmitia o ocorrido. Maria Helena Capelato contesta essa afirmativa e ressalta o caráter de intervenção na vida social que a imprensa tem:

[...] essa pretensão dos representantes da imprensa permitia, por um lado, ocultar os interesses (econômicos e políticos) que se mesclavam no jornal e, por outro lado, impossibilitava a constatação de que os fatos são construções e não ‘relatos precisos’ (CAPELATO, 1989, p. 49).

Portanto, em cada página de um jornal, depara-se com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideias, compromissos, interesses e cotidiano. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles, encontram-se projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade. Por isso entende-se que a imprensa comenta e participa da História. Por meio dela, se trava uma constante batalha pela “conquista dos corações e mentes”, em que a meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. Assim, compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem diversos personagens.

Isso se evidencia entre 1946 e 1953, quando a imprensa teve um papel importante nas discussões sobre o petróleo, com a participação de jornais e revistas das mais variadas tendências e estilos buscando influir nos rumos da política energética brasileira por meio da publicação de editoriais, artigos, reportagens, notícias e entrevistas com o propósito de convencer o leitor a apoiar a causa que defendiam – alguns eram contra e outros a favor do monopólio estatal.

No pós-guerra, frutificou uma pequena, porém atuante, imprensa nacionalista unida em torno da luta pela consolidação da democracia e pela crítica à influência de capitais estrangeiros nos setores básicos da economia brasileira. Periódicos como *O Jornal de Debates*, *A Revista do Clube Militar*, *O Semanário*, *O Popular* e *Emancipação* tiveram importante participação nas discussões acerca do petróleo (ABREU, 1996, p. 61-139). A causa também contou com o apoio dos jornais do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>1</sup>. Na grande imprensa, os únicos diários que defenderam o monopólio estatal do petróleo foram: *Diário de Notícias*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

Os demais órgãos da grande imprensa defenderam a abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, nacional e estrangeira, uma vez que estavam comprometidos com a defesa do liberalismo econômico ou com grupos financeiros internos e/ou externos, interessados no assunto. Procuravam combater a intervenção do Estado na economia e os movimentos nacionalistas, caso dos jornais *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e dos periódicos do grupo Folha<sup>2</sup> e Diários Associados<sup>3</sup> (CARVALHO JR., 2005).

Nas décadas de 1940 e 1950, *OESP* era um dos mais importantes jornais do país; do ponto de vista econômico, era uma empresa consolidada devido ao grande número de anunciantes e à elevada tiragem de exemplares. O *Estadão* também possuía credibilidade junto aos leitores e suas publicações alcançavam repercussão nacional. Além disso, atuou de forma intensa no cenário político brasileiro, sempre orientado por um conjunto de princípios, como o liberalismo, anticomunismo e o antigetulismo. Sua influência era tal que acabou se constituindo em uma facção política de prestígio, com um projeto de nação inspirado no pensamento liberal, fato que o diferenciou de outros jornais defensores da participação da iniciativa privada no setor petrolífero. Outro dado que o transformou em objeto de estudo privilegiado foi sua estreita ligação com a burguesia paulista, na época, o principal grupo econômico do país. Esse segmento tinha

um interesse especial no assunto, já que a ampliação do seu poder político e econômico dependia do desenvolvimento industrial do Brasil.<sup>4</sup>

A pesquisa no acervo de periódicos foi orientada pelos objetivos do trabalho. Assim, principiou-se a leitura dos jornais a partir de fevereiro de 1946, data em que se iniciam os trabalhos de elaboração da nova Constituição, e encerra-se a consulta no mês de outubro de 1953, quando foi assinada, pelo Presidente Getúlio Vargas, a lei que criou a Petrobras. Deu-se prioridade à coleta de notícias, reportagens, artigos e editoriais que fizessem referência a assuntos como: petróleo; industrialização, nacionalismo e capital estrangeiro. O resultado foi o recolhimento de 211 textos, entre notícias e editoriais, séries de reportagens e 23 artigos assinados, cujos articulistas mais assíduos foram: Carlos Lacerda, Matos Pimenta e Rafael Corrêa de Oliveira, todos com significativa atuação política na época.

#### *O Estado de S. Paulo e a questão do petróleo: 1946-1953*

Neste tópico, pretende-se identificar o ponto de vista do jornal sobre assuntos importantes relacionados ao petróleo, tais como os debates travados na Assembleia Constituinte de 1946, o Estatuto do Petróleo, a Campanha do Petróleo e o Projeto de lei que propôs a criação da Petrobras. No entanto, antes de abordar tais questões, convém destacar que levou muito tempo para o petróleo se tornar um tema prioritário e de interesse nacional, uma vez que foi somente a partir de 1930 que o Estado passou a dar mais atenção ao assunto. Além disso, o estímulo que Getúlio Vargas deu à industrialização provocou um debate sobre o lugar reservado ao capital estrangeiro nesse processo e grau de intervenção do Estado na economia.

Para se ter uma ideia, as poucas tentativas da iniciativa privada nacional de explorar petróleo nas décadas de 1920 e 1930 não obtiveram êxito, devido aos elevados custos de exploração e ao desconhecimento geológico do território brasileiro. Por outro lado, as companhias estrangeiras não estavam interessadas em investir no país durante esse período, pois havia uma superprodução de combustíveis no mercado internacional.

Como já afirmado, esse cenário começou a mudar com a Revolução de 1930. Dentre as várias propostas de ruptura, uma delas foi a tentativa de restringir o poder dos Estados por meio de um impulso centralizador que marcou toda a atividade política e administrativa. Dessa forma, estabeleceu-se um conjunto de leis e ações que pretendiam intensificar a atuação do Estado no setor petrolífero, sendo a primeira delas a

determinação de que caberia apenas à União o direito de autorizar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais. Outras iniciativas de destaque foram a reestruturação do Ministério da Agricultura, que entre outros objetivos pretendia intensificar a atuação do governo federal no setor de mineração, e a promulgação do Código de Minas, em 1934. Durante o Estado Novo a política do petróleo ganhou contornos ainda mais nacionalistas, prova disso foram as determinações governamentais que declaravam todos os campos petrolíferos que fossem descobertos como propriedade do governo, a nacionalização das refinarias e a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP)<sup>5</sup> em 1938. Apesar das mudanças, os avanços da pesquisa e exploração governamental foram poucos (SMITH, 1978).<sup>6</sup>

Os acontecimentos dos anos de 1940 – Segunda Guerra Mundial, queda de Vargas, redemocratização do país e o fortalecimento do setor empresarial – contribuíram para alterar os rumos da política do setor. A postura nacionalista e centralizadora do CNP foi arduamente defendida pelo seu primeiro presidente, o general Júlio Caetano Horta Barbosa que, entre outras ações, intensificou as atividades de pesquisa e exploração que resultaram na descoberta de petróleo em quantidade comercial. Além disso, impediu a *Standard Oil* de instalar refinarias no Brasil.

Horta Barbosa deixou a presidência do CNP em julho de 1943, devido à oposição que passou a enfrentar dentro do governo Vargas. Com a aliança entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra, tornou-se difícil manter uma posição assumidamente nacionalista, já que o Estado norte-americano apoiava abertamente as iniciativas das companhias internacionais, que pressionavam o governo brasileiro a abrir o setor petrolífero. Seu substituto, o coronel João Carlos Barreto, assumiu a presidência em setembro e imprimiu orientação consoante com a tese da colaboração hemisférica, o que implicava em alterar a legislação nacionalista e estatizante estabelecida pelo antecessor. Em maio de 1945, o órgão recomendou ao presidente Vargas a revisão da legislação do petróleo, no intuito de atrair capitais estrangeiros para as atividades de pesquisa, lavra, refino e distribuição do produto. Em outubro, decidiu-se permitir que empresas privadas nacionais instalassem refinarias no país. Cabe ressaltar que a redefinição dos rumos do CNP foi apoiada publicamente pelos empresários nacionais.

Em 1946, a eleição do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República e os trabalhos de redação da nova constituição proporcionavam uma maior abertura à participação dos capitais privados na indústria nacional do petróleo. Neste momento, observa-se a tendência entre dirigentes do país de se evitar propostas de intervenção

estatal na economia, então identificadas com a guerra mundial e com o regime autoritário anterior. Ao final dos trabalhos da constituinte, ficou determinado, no que diz respeito ao petróleo, que as minas e demais riquezas do subsolo se constituíam em propriedade distinta do solo, sendo o aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica dependentes de autorização federal porque, por sua vez, seriam conferidas exclusivamente a brasileiros ou a companhias organizadas no país. Cabe ressaltar que, neste último item, a constituição não impôs qualquer restrição à participação de acionistas estrangeiros nas citadas companhias (COHN, 1968, p. 80-82).

Em meio a esse contexto, o jornal *OESP* já se posicionava sobre a questão, como mostra um editorial publicado no dia 03 de abril de 1946, na seção *Notas e Informações*, no qual se afirmava que petróleo, ferro e carvão eram matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento industrial de um país e para sua emancipação econômica, afirmando existir petróleo no Brasil em quantidade suficiente para abastecer, pelo menos, o mercado interno. No entanto, o jornal criticava a lentidão com que o governo federal tratava a questão e a legislação nacionalista, que impedia o capital privado, especialmente o estrangeiro, de participar dos trabalhos de pesquisa e exploração. Segundo o matutino, os investimentos particulares eram importantes, uma vez que o Estado não dispunha dos capitais necessários ao aproveitamento das reservas existentes (*OESP*, 03/04/46, p. 3). Ainda no mesmo ano, outros dois editoriais voltariam a insistir na questão (*OESP*, 05/07/46, p. 3; 30/10/46, p. 3).

Com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, os grupos antiVargas estavam tentando rejeitar a intervenção estatal, identificada com a ditadura anterior e com os regimes totalitários da Europa (SKIDMORE, 1982). Além disso, a lembrança do racionamento de combustível durante a guerra estava bem viva. O grupo do jornal *OESP* era adepto ao liberalismo e ao antigetulismo, portanto convém destacar que os dois diretores, Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto, participaram da fundação da União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio Vargas. Daí ser coerente a defesa de medidas constitucionais que estimulassem o afluxo de capitais externos e a crítica à intervenção do Estado na economia.

Em 1947, entre os meses de março e outubro, foram realizadas, no Clube Militar, as conferências dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa, que debateram a respeito da política mais adequada para o setor petrolífero. Para Juarez Távora, o Brasil possuía grandes reservas de petróleo, no entanto não dispunha de capitais e técnicos para explorá-las, portanto deveria permitir a participação de investimentos externos. Em suas

conferências, ressaltou a importância dessa riqueza para a economia e segurança nacional, o que justificava a criação de mecanismos que impedissem a formação de monopólios privados por parte das multinacionais, as quais deveriam se contentar em ser simples auxiliares, ainda que consideradas indispensáveis. Para o general, a defesa do continente implicaria em auxílio dos Estados Unidos no desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro, já que o bloco capitalista contaria com mais reservas de combustíveis em caso de guerra. Sua proposta também incluía um conjunto de garantias e vantagens a serem concedidas ao capital estrangeiro e exigências a serem estabelecidas para o fortalecimento da economia e ressalva dos interesses nacionais.

Horta Barbosa entendia que o setor petrolífero era autofinanciável, ou seja, a alta lucratividade dessa atividade cobriria, em pouco tempo, as despesas com sua instalação, o que justificava o monopólio estatal. Assim, declarava que o Estado possuía recursos para implantar a indústria do petróleo e ressaltava que, mesmo se não tivesse condições para tanto, poderia contrair empréstimo externo, que seria coberto com o lucro da refinação. Julgava ser função do Estado planejar o aproveitamento dos recursos hídricos e energéticos como forma de viabilizar o desenvolvimento econômico e social. O general também considerava a União um excelente administrador de empresas petrolíferas e, para sustentar esta afirmação, citava os resultados obtidos pelas estatais do petróleo no México, Argentina e Uruguai (CARVALHO JR., 2005).

Essas conferências tiveram grande repercussão nos jornais da época e serviram para despertar o interesse do grande público para o problema. Além disso, outras instituições, como o Clube Naval e o Instituto de Engenharia de São Paulo, patrocinaram iniciativas semelhantes.

Nesse momento, o jornal não deixou de emitir seu ponto de vista. Em editorial de 12 de agosto de 1947, voltaria a manifestar sua crença na existência, em quantidade considerável, de petróleo em nosso território e reafirmaria a impossibilidade do país em explorar sozinho tais recursos por falta de capitais, técnicos especializados e equipamentos. Posicionou-se, portanto, favoravelmente ao capital estrangeiro na exploração de jazidas. No entanto, reconhecia que os “trustes” internacionais eram monopolistas e poderiam ameaçar a soberania do país e, por isso, propôs “medidas restritas ditadas, pela razão”, que pudessem impedir os excessos de ingerência nessa indústria, ou seja, defendia que o controle da política do petróleo brasileiro permanecesse sob o controle do país.

No mesmo editorial, *OESP* emprestou seu apoio às ideias de Juarez Távora e se opôs às defendidas por Horta Barbosa. A crítica à posição nacionalista estava centrada nos ideais de ineficiência empresarial do Estado. O jornal não perdeu a oportunidade de criticar a atuação de empresas estatais e de serviços públicos, como a Central do Brasil, Loide Brasileiro, Departamento Nacional do Café e Estrada de Ferro Sorocabana (*OESP*, 12/08/47, p. 3).

Em meio a esses debates, chegou ao Congresso Nacional, no dia 4 de fevereiro de 1948, o anteprojeto do Estatuto do Petróleo acompanhado de uma mensagem do presidente Dutra na qual sugeriu que se realizasse um amplo debate em torno da polêmica matéria. O objetivo do anteprojeto era lançar as bases para a admissão do capital privado, nacional e estrangeiro, adequando a legislação sobre os recursos naturais aos dispositivos da Constituição de 1946 (SMITH, 1978).

*O Estado de S. Paulo* mostrou-se favorável às determinações do Estatuto e, em editorial do dia 13 de março de 1948, respondeu às críticas feitas ao projeto pelos nacionalistas, segundo as quais o anteprojeto governamental estaria entregando aos estrangeiros o petróleo nacional. Os representantes do periódico argumentaram que o capital externo era fundamental para desenvolver a indústria do petróleo e que o anteprojeto garantia, nos setores de transporte e refino, a maioria acionária e a administração das companhias a brasileiros (*OESP*, 13/03/48, p. 3).

Em outro editorial, intitulado *As Reviravoltas da opinião*, o jornal insistia na importância de se votar, o mais rápido possível, o Estatuto do Petróleo, argumentando ser esta a melhor maneira de resolver a questão. No restante do texto, tentava-se convencer o leitor de que o anteprojeto não representava riscos à soberania nacional, pois garantia ao Estado os instrumentos de controle. Alguns dias depois, o jornal voltou a defender esse ponto de vista afirmando, também, que as determinações do Estatuto estavam de acordo com os ideais do gen. Juarez Távora (*OESP*, 15/10/48, p. 3).

A iniciativa governamental de alterar a legislação do petróleo e a repercussão das conferências no Clube Militar deram origem ao movimento conhecido como a campanha “O petróleo é nosso”, cujo objetivo era defender o monopólio estatal do petróleo, principalmente nas atividades de pesquisa, exploração e refino. Em 1947, a campanha deu os primeiros passos e consolidou-se em abril do ano seguinte, com a fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional (CEDPEN). Composto por estudantes, jornalistas, militares, professores, técnicos, lideranças políticas e outros, se propunha a aglutinar os defensores do monopólio estatal e

objetivava a conquista do apoio da população para a causa que defendiam. Sua estratégia consistia na realização de conferências, comícios, manifestações e publicação de artigos em jornais e revistas. Também editavam panfletos, livros, periódicos e estimulavam a criação de Centros de Defesa do Petróleo em Estados e municípios. No Congresso, realizaram um *lobby* em defesa do monopólio estatal e contra o Estatuto do Petróleo (MIRANDA, 2004). Os representantes do *Estadão* apressaram-se em manifestar sua opinião de forma contrária ao movimento, taxando-o de prejudicial ao desenvolvimento econômico (*OESP*, 30/08/47, p. 3).

Em outros dois editoriais, *OESP* afirmou que a campanha “O petróleo é nosso” estava sendo conduzida pelos comunistas com o interesse de desestabilizar o país e atacar os Estados Unidos. Argumentavam, ainda, que a legislação em discussão assegurava ao governo federal o controle do setor, sendo desnecessárias as agitações em curso. O matutino conclamava os cidadãos a não participar da campanha, lembrando que apenas a votação e aprovação do Estatuto do Petróleo poderiam resolver a questão e pôr fim às agitações políticas (*OESP*, 25/09/48, p. 3; 03/10/48, p. 3).

Ao final do governo Dutra, o problema do petróleo ainda não havia sido resolvido, pois o anteprojeto do Estatuto foi arquivado e o CNP continuava sem recursos para atender a demanda interna de combustíveis. O principal responsável pela derrubada do Estatuto no Congresso foi a campanha nacionalista organizada pelo CEDPEN. Neste momento, o aumento das importações de combustíveis tornou urgente a necessidade de buscar uma solução para a questão do petróleo.

Em 1950, Getúlio Vargas candidatou-se à presidência da República pelo Partido Social Progressista (PSP) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), obtendo o apoio de dissidentes do Partido Social Democrático (PSD), que possuía candidato próprio. Com a estratégia de manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD, ao mesmo tempo em que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB, e com a ajuda de Ademar de Barros em São Paulo, Vargas foi eleito (BENEVIDES, 1989). O agora presidente constitucional, deparou-se, porém, com um Congresso que não lhe ofereceria uma sólida base de apoio. Havia a oposição da UDN, enquanto o PSD e o PTB não lhe ofereceram o esperado apoio. A postura destes últimos partidos pode ser explicada pela tentativa de Vargas em consolidar e atender simultaneamente interesses regionais, partidários e de ordem pessoal, o que causou insatisfação no meio político (D`ARAÚJO, 1992).

Nesse cenário político, o governo teve que enfrentar a questão do petróleo. Em dezembro de 1951, Getúlio Vargas encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei propondo a criação da Petrobras, concebida como uma empresa de capital misto, com 51% das ações controladas pelo Estado, que seria responsável pela pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo e seus derivados. O projeto permitia a participação do capital privado e estabelecia que os financiamentos viessem do governo federal, de parte da receita dos impostos sobre os automóveis e combustíveis líquidos e da criação de um novo imposto sobre artigos supérfluos. O restante do capital seria reunido com a venda de ações ao público (SMITH, 1978).

O projeto não foi bem recebido pelos parlamentares, os quais defendiam outras soluções para a questão. O grupo de tendência nacionalista, contrário à participação do capital privado estrangeiro, apoiava o monopólio estatal em todas as fases da produção. Sua principal crítica residia na participação do capital privado nacional o que, na perspectiva deles, tornaria o setor petrolífero vulnerável aos interesses estrangeiros, que se fariam presentes por meio de vinculações entre as companhias brasileiras e os grandes grupos internacionais do setor. Tais interesses teriam por finalidade impedir que alcançássemos a autossuficiência em petróleo.

No entanto, havia outro grupo que propunha a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro, posição defendida por número expressivo de senadores, liderados por Assis Chateaubriand, Othon Mader e Alencastro Guimarães. Eles voltaram aos argumentos tradicionais, lembrando que o Brasil não possuía recursos financeiros e nem técnicos especializados para explorar o petróleo, o que tornava imprescindível o auxílio internacional (COHN, 1968).

Um dia após o envio do projeto da Petrobras ao Congresso, o jornal anunciou a intenção de analisar pormenorizadamente a proposta governamental, tarefa cumprida nos editoriais dos dias 7 a 12 de dezembro de 1951<sup>7</sup>. Neles, o jornal criticou duramente as empresas estatais, argumentando que essa experiência, no Brasil, nunca dera bons resultados e que, no caso da Petrobras, certamente não seria diferente. Para fundamentar esse ponto de vista, *OESP* alertou para o fato de o governo brasileiro administrar mal as estradas de ferro, além de sublinhar que a exploração do petróleo pelo Estado no México teria sido um fracasso.

O jornal dirigiu outras críticas ao projeto governamental, denunciando as barreiras impostas ao capital estrangeiro e a organização da empresa, que ficava sujeita inteiramente ao poder estatal. Para *OESP*, a burocracia não se constituía em

administradora eficiente e o capital privado não investiria em uma empresa que tivesse tais características. No que diz respeito ao financiamento da empresa, o matutino criticou a criação e a elevação de novos impostos, por considerar que tais medidas aumentariam a inflação. Propunha-se que a exploração do petróleo brasileiro fosse feita com o auxílio do capital privado, nacional e estrangeiro, e que o Estado não atuasse no setor de forma a controlar todas as atividades, devendo sua ação se restringir à função de regulador e fiscalizador (*OESP*, 04/05/52, p. 3).

Em maio de 1952, durante os debates sobre a Petrobras, a UDN, que tradicionalmente defendeu a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro e que tinha em seus quadros personalidades como Odilon Braga e Juarez Távora, declarou seu apoio à tese do monopólio estatal. O *Estado de S. Paulo* que, em várias oportunidades havia partilhado de posições políticas e ideais comuns ao partido, manteve sua independência e, em um editorial intitulado *A UDN e o petróleo*, criticou duramente a posição tomada pelos udenistas, acusando-os de trair seus princípios ideológicos. Neste mesmo texto, o jornal voltou a defender a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro (*OESP*, 03/05/52, p. 3).

Neste caso, vale ressaltar que a UDN não seguiu um programa doutrinário rígido em relação à política econômica e que sua posição oscilava de acordo com as conveniências políticas. No caso do petróleo não foi diferente e o partido defendeu o monopólio estatal com o intuito de ganhar a simpatia da opinião pública (BENEVIDES, 1981).

As discussões sobre a Petrobras no Congresso Nacional encerraram-se em setembro de 1953 e, pouco depois, a 3 de outubro, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2004, que estabeleceu a nova política do petróleo e a criação da empresa de capital misto, Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras). Ficou assegurado o monopólio da união nas áreas de pesquisa, lavra, refino e transporte. Coube à Petrobras a responsabilidade de atuar e desenvolver essas atividades e ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) a orientação e fiscalização do setor petrolífero.

O jornal *OESP* manifestou-se de forma contrária a essas determinações e afirmou que continuaria lutando em prol do liberalismo econômico. Comunicou sua intenção de realizar uma campanha para impedir que medidas nacionalistas fossem implementadas no setor elétrico:

Aprovado o projeto da “Petrobrás”, a câmara dos deputados destruiu as últimas esperanças do país de ver resolvido o problema do petróleo

e, portanto, de ver encaminha, de maneira racional, a solução de uma outra questão ainda mais importante, a da energia. Pode parecer tarde demais para voltarmos ao assunto. Mas não cremos de todo inútil fazê-lo, pois teremos dentro em breve, de sustentar uma nova batalha, tão importante quanto a anterior, e na qual se enfrentarão, também, a razão e a paixão. Queremos-nos referir a batalha da eletricidade um dos parlamentares que mais tristemente se ilustraram na questão do petróleo prepara violenta ofensiva nacionalista no terreno da produção de eletricidade. E aqui as conseqüências podem ser ainda mais graves, pois, ao passo que no caso do petróleo não possuíamos ainda nem instalações, nem produção, não tendo, portanto, nada a destruir a fúria nacionalista, no da eletricidade já dispomos de uma poderosa capacidade instalada, que o jacobinismo pode prejudicar (*OESP*, 27/09/53, p. 8).

Novamente em dois editoriais, nos dias 6 e 9 de outubro, o jornal criticou duramente a criação da Petrobras, afirmando que o Brasil enfrentaria sérias dificuldades econômicas e não conseguiria resolver o problema da falta de petróleo. A citação abaixo é um exemplo desse descontentamento:

A atitude do Executivo e do Legislativo federais em relação ao problema do petróleo denuncia absoluta irresponsabilidade em face dos interesses nacionais. Quanto á urgente necessidade de tudo se fazer com o objetivo de prospectar e explorar as riquezas petrolíferas que o nosso subsolo porventura encerre, a “solução” encontrada foi a da “Petrobras”, que onerará excessivamente os contribuintes, a ponto de prejudicar a economia nacional, sem nos trazer a menor esperança de resultados positivos. A “Petrobrás” significará um considerável desperdício de dinheiro e de tempo, atestando nossa incapacidade de resolver um dos mais urgentes problemas econômicos nacionais (*OESP*, 08/10/53, p. 3).

Como se tentou evidenciar, a defesa do liberalismo econômico, pelo jornal, no setor petrolífero foi uma constante nos debates travados entre 1946 e 1953. *OESP* acreditava que deveria caber ao Estado apenas a regulamentação e fiscalização do setor, de tal maneira que propiciasse investimentos na exploração, refino, transporte e distribuição por parte da iniciativa privada, pois, segundo o periódico, ela possuía mais recursos financeiros e técnicos. Assim, apoiou as medidas liberalizantes da Constituição e do Estatuto do Petróleo, defendeu as ideias de Juarez Távora, porém combateu, com afinco, a campanha “O petróleo é nosso” e o Projeto da Petrobras.

*O Estado de S. Paulo* não tratou da questão do petróleo apenas nos seus editoriais, intitulados *Notas e Informações*, outros espaços foram utilizados para conquistar o apoio do leitor ou expressar os interesses dos grupos ligados ao jornal. Assim o tema surgiu nas seções *O Momento Político*, *Notícias Diversas*, *Notícias do Rio*, *Suplemento Comercial e Industrial*, nas séries de reportagens publicadas sobre o tema e no noticiário internacional. Portanto, convém fazer uma descrição dessas seções, com o intuito de evidenciar a distribuição espacial do tema nas páginas do jornal. Além disso, procurar-se-á identificar os argumentos que o matutino mobilizou tanto para defender a abertura do setor petrolífero ao capital privado, nacional e estrangeiro, quanto para desqualificar a campanha nacionalista do petróleo e criticar a criação da Petrobras.

Entre 1946 e 1953, *OESP* procurou informar seus leitores a respeito dos acontecimentos no mercado mundial de petróleo e das relações entre as grandes companhias de petróleo e governos em diversos países. Neste período, avolumaram-se notícias que tratavam da pesquisa e exploração das jazidas recém descobertas no Oriente Médio e informavam sobre as relações entre os “trustes” internacionais e os governos da região. Este tema foi abordado, principalmente, no noticiário internacional, localizado nas duas primeiras páginas do jornal. A questão do petróleo na América Latina também ganhou espaço, como se verá adiante.

A questão do petróleo também foi abordada na seção *O Momento Político* que, de modo geral, tratava de assuntos relacionados ao meio político-partidário nacional e estadual. Noticiavam-se os acontecimentos e debates que ocorreram nas sessões da Câmara e do Senado, publicavam-se alguns informes e comunicados da UDN além de artigos assinados por Rafael Corrêa de Oliveira. Era por meio dessa seção que *OESP* informava seus leitores acerca do andamento dos debates a respeito do petróleo no Congresso Nacional, no Clube Militar e no meio político-partidário.

Já a seção *Notícias do Rio* era, no que diz respeito ao petróleo, voltada basicamente aos assuntos referentes ao CNP. Divulgavam-se, por exemplo, as deliberações de seu presidente e informava-se o andamento das pesquisas e explorações feitas pelo Conselho. Aqui também figuravam informações quanto à instalação da refinaria de Cubatão.

Na seção *Notícias Diversas*, compareciam personalidades e entidades que defendiam a participação do capital privado, nacional e estrangeiro, no setor. Assim, as conferências de Odilon Braga e Juarez Távora, realizadas em São Paulo, foram anunciadas com antecedência e suas ideias reproduzidas por meio de reportagens sobre esses eventos<sup>8</sup>. Por outro lado, as conferências em defesa do monopólio estatal não receberam o mesmo tratamento. As reuniões, debates, conferências e deliberações das Associações e Federações do Comércio e das Indústrias de São Paulo, dedicadas ao tema do petróleo, também foram amplamente divulgadas. Segundo indicava o jornal, tais entidades insistiam na participação da iniciativa privada no setor e debatiam questões referentes ao consumo e racionamento de combustíveis<sup>9</sup>.

Sobre a Campanha do Petróleo, *OESP* dedicou apenas uma reportagem para a solenidade de fundação do Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petróleo (*OESP*, 13/06/48, p. 11) e outra relativa ao comício, organizado por essa entidade no Vale do Anhangabaú (*OESP*, 18/07/48, p. 13). No início de 1949, a seção *Notícias Diversas* publicou duas reportagens denunciando a presença de comunistas na direção do CEDPEN. O jornal reproduziu declarações do jornalista Mattos Pimenta, um dos fundadores da entidade, publicadas no jornal *O Globo*, além de um relatório do Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) (*OESP*, 22/01/49, p. 18 e 25/02/49, p. 11). Foram publicadas, também, informações sobre o racionamento de combustíveis, novas técnicas para pesquisar petróleo, situação das pesquisas no Estado de São Paulo e as descobertas de novas jazidas no país.

Além dessas seções, o *Suplemento Comercial e Industrial d'O Estado de S. Paulo* também tratou da questão do petróleo. Este publicou vinte duas matérias sobre o assunto, sendo que destas dez datam de 1952, ano de discussões acirradas sobre a criação da Petrobras no Congresso Nacional. Entre os temas tratados nesses textos, encontramos análises sobre o setor petrolífero venezuelano – na época o principal produtor de petróleo da América do Sul e aberto ao capital estrangeiro – e as relações entre o governo desse país e as empresas multinacionais (*OESP*, 01/49, p. 14; 01/50, p. 3), comentários e informações sobre a produção de petróleo e as relações entre governos e empresas estrangeiras na América Latina e no Oriente Médio (*OESP*, 11/50, p. 12; 06/51, p. 6; 08/52, p. 9; 04/52, p. 14; 07/49, p. 2; 08/49, p. 3). Nota-se também que neste caderno o jornal reproduziu somente, por meio de entrevistas ou artigos, a opinião de personalidades que eram favoráveis ao seu ponto de vista evitando assim o contraponto (*OESP*, 07/52, p. 90; 04/52, p. 14; 03/53, p. 4).

O jornal publicava, eventualmente, série de reportagens com o objetivo de influenciar os debates em torno do petróleo. Os principais temas tratados foram: a exploração na Bahia, o mercado mundial de petróleo, as realizações do CNP, o setor de refino no Brasil e a política do petróleo adotada por outros países da América Latina<sup>10</sup>.

A leitura das séries de reportagens, seções de notícias e editoriais, possibilitou-nos a identificação dos argumentos mobilizados pelo jornal para defender seu ponto de vista junto à opinião pública. Assim, para sustentar a ideia de que o Brasil precisava abrir sua economia aos investimentos externos, *OESP* recorreu à história para lembrar que o país foi construído por estrangeiros e que o nosso desenvolvimento material e grau de civilização se devem a eles.

Ressalta ainda que a colaboração com os Estados Unidos era fundamental para fortalecermos nossa economia. Segundo o periódico, precisávamos dos investimentos e dos técnicos desse país para desenvolvermos nossa indústria; do seu mercado consumidor para exportarmos nossos produtos e da sua parceria para lutarmos pela democracia no continente. Além disso, o capital estrangeiro foi considerado pioneiro no desenvolvimento de determinados setores da economia brasileira, tais como o ferroviário, frigorífico, indústria química, entre outros. Afirmava-se ainda que, nas últimas décadas, as empresas estrangeiras haviam se integrado muito bem à economia brasileira e continuavam proporcionando benefícios ao país (*OESP*, 18/11/52, p. 5).

*OESP* acreditava que a industrialização proporcionaria a independência econômica do país. No entanto, para acelerar esse processo, se fazia necessário facilitar e estimular os investimentos estrangeiros em áreas estratégicas, como a do setor energético (*OESP*, 20/07/49, p. 5). Especificamente no caso do petróleo, o auxílio às multinacionais seria indispensável, devido ao elevado volume de capitais necessários e ao risco de tais investimentos, uma vez que a existência de petróleo, explorável comercialmente, num território tão grande como o brasileiro, somente poderia ser constatado depois da realização de complexos trabalhos de prospecção. Ademais, a indústria do petróleo necessitaria de técnicos especializados e de equipamentos fabricados apenas no exterior. Daí a defesa do jornal em prol da abertura do setor petrolífero ao capital externo (*OESP*, 22/08/51, p. 6).

Considerava-se que a adoção de tal medida provocaria uma concorrência entre as empresas interessadas em investir no país. Com isso, o setor se desenvolveria de forma rápida e eficiente, proporcionando uma economia de reservas cambiais em dólares com a importação de combustíveis. Nos argumentos, fica patente a defesa da economia de

mercado, a crença na livre iniciativa e a posição decidida a favor dos Estados Unidos. É importante ter em vista o contexto da época, marcada pela Guerra Fria e pelo temor, patente em largos setores da sociedade brasileira, do avanço do nacionalismo e do comunismo, não poucas vezes associados de forma simplista.

Outra estratégia para convencer o leitor de que o capital estrangeiro era indispensável foi recorrer à experiência de outros países, no que se referia à questão do petróleo. Assim, o jornal utilizou o exemplo do México para mostrar que o nacionalismo não dera bons resultados. Durante a primeira metade do século XX, este país fora um dos principais produtores de petróleo do mundo. Na década de 1930, greves e agitações políticas, lideradas por petroleiros, inspiradas por ideais marxistas e nacionalistas, acabaram provocando a nacionalização do petróleo pelo general Lázaro Cárdenas, em março de 1938. Logo em seguida, criou-se uma empresa estatal para operar no país, a Petróleos Mexicanos (PEMEX), que teria inaugurado uma era de grandes quedas na produção.

Em um editorial intitulado *Problemas da Indústria petrolífera mexicana*, *OESP* comentava a visita do presidente da PEMEX aos Estados Unidos, a fim de pedir auxílio às companhias daquele país para explorar seu petróleo. Segundo o jornal, o episódio expressava o reconhecimento de que a política nacionalista era equivocada, uma vez que, não contando com técnicos, equipamentos e capital, o governo mexicano viu-se forçado a restabelecer negociações com o capital norte-americano (*OESP*, 14/05/49, p. 3). Em outra oportunidade, o jornal voltou a discutir essa ideia, explicitando claramente que o Brasil não deveria seguir o exemplo mexicano (*OESP*, 26/07/49, p. 5).

Na época, países como Estados Unidos, Canadá e Venezuela eram importantes produtores de petróleo. Para *OESP*, os resultados positivos obtidos por esses países eram explicados pela abertura do setor aos capitais estrangeiros. Tanto assim que, em artigo publicado no dia 5 de junho de 1951, afirmava-se que a produção do Canadá havia dobrado a partir do momento em que o governo autorizou os investimentos da iniciativa privada, sendo que, nesse mesmo período, a produção brasileira teria permanecido estagnada (*OESP*, 05/06/51, p. 5). A legislação sobre os recursos minerais dos Estados Unidos foi lembrada como um modelo, na medida em que estimulava e garantia os investimentos privados (*OESP*, 11/01/52, p. 4).

No que diz respeito à Venezuela, duas matérias, publicados no *Suplemento Comercial e Industrial* (*OESP*, 01/49, p. 14; 01/50, p. 3), e uma da *Série Inventário Econômico da América Latina* (*OESP*, 03/01/48, p. 5), comentavam a situação do setor

petrolífero daquele país. Neles mostrava-se que a economia venezuelana dependia basicamente do petróleo e que sua produção, juntamente com as aplicações de capitais estrangeiros, teria aumentado muito durante o período. Segundo *OESP*, as harmoniosas relações estabelecidas entre governos e companhias internacionais na Venezuela deveriam ser adotadas em toda a América Latina. Este novo padrão baseava-se num compromisso entre o liberalismo econômico e os interesses nacionais, representados pelo Estado, de tal forma que os ganhos dessa atividade satisfizessem ambos os lados.

Nos debates em torno da questão do petróleo, *OESP* se posicionou de forma contrária à campanha “O petróleo é nosso”. Um dos argumentos utilizados para desqualificar essa mobilização foi atribuir sua liderança aos comunistas. Valendo-se do contexto da Guerra Fria, o jornal acusou seus líderes de estarem a serviço dos interesses soviéticos e de não se preocuparem em resolver os problemas nacionais. Assim, os comunistas pretendiam apenas impedir o Brasil de explorar seu petróleo, pois tinham consciência de que, ao barrar os investimentos estrangeiros, estariam freando o desenvolvimento do setor petrolífero. Segundo o jornal, essa atitude foi tomada com o objetivo de evitar que o país viesse a fornecer petróleo aos Estados Unidos em caso de guerra (*OESP*, 16/10/48, p. 3; 04/02/49, p. 3).

Em outro editorial, com o título de *A Questão do Petróleo em seus termos exatos*, o jornal reafirmou esses argumentos e classificou os defensores do monopólio estatal de passionais, demagogos e sonhadores. Já os defensores do capital privado eram tidos como pessoas esclarecidas, racionais, honestas e verdadeiramente patrióticas (*OESP*, 21/10/48, p. 3). Esta dicotomia foi expressa em outro artigo, que discutia as ideias do geólogo Silvio Frois de Abreu. Este foi um defensor do capital estrangeiro e por isso suas considerações sobre a questão foram apresentadas ao leitor como desapaixonadas e realistas (*OESP*, 19/08/48, p. 3).

Acrescente-se a isso a acusação de que movimento nacionalista prejudicava o desenvolvimento industrial, já que criava um ambiente de hostilidade ao capital estrangeiro, que assim deixava de investir no Brasil. O movimento também atrasava a exploração do petróleo, já que obstaculizava a definição, por parte do governo, de uma legislação eficaz, apta a atrair os capitais necessários para esse setor e garantir a soberania nacional. Como exemplo desses entraves, o fato de o país não possuir um Estatuto do Petróleo moderno e adequado às nossas reais necessidades, feito atribuído às pressões dos nacionalistas (*OESP*, 26/03/50, p. 3; 26/01/52, p. 3). Os editoriais insistiam na falta de sentido da campanha “O petróleo é nosso”, uma vez que a

legislação proposta pelo governo Dutra garantia o controle do setor pelo Estado (*OESP*, 08/10/48, p. 3).

*OESP* posicionou-se contra a criação da Petrobras. Para fundamentar seu ponto de vista, alegava que o Estado era mau administrador de grandes empresas, concluindo que as estatais brasileiras eram ineficientes se comparadas a empresas privadas do mesmo ramo. Recorreu-se, novamente, ao caso da nacionalização do petróleo mexicano, enfatizando que os resultados obtidos na produção pela PEMEX, empresa estatal daquele país, foram decepcionantes.

Especificamente sobre o projeto da Petrobras, o jornal apontava duas falhas: a primeira era o excessivo controle estatal. A segunda, decorrente da anterior, referia-se às barreiras impostas aos investimentos privados. O projeto limitava a subscrição de ações com direito a voto e o número de diretores escolhidos pelos investidores. Determinava, também, que o governo federal escolheria o presidente da empresa e os diretores executivos. Segundo o jornal, tais medidas desestimulariam a subscrição de ações, o que tornaria inviável a reunião do capital necessário para criar a Petrobras (*OESP*, 09/12/51, p. 9; 11/12/51, p. 7).

Por fim, criticavam-se os métodos utilizados para financiar a Petrobras, tidos como prejudiciais à economia brasileira. O projeto previa a criação e elevação de impostos para formar parte do capital necessário à constituição da empresa. De acordo com o matutino, essa medida provocaria um aumento da inflação e prejudicaria os contribuintes. Além disso, afirmava-se que tal opção dera-se em decorrência da falta de recursos no orçamento para financiar a companhia. Todos esses males, segundo os editorialistas, poderiam ter sido evitados se tivessem sido oferecidas condições favoráveis aos investimentos estrangeiros no setor (*OESP*, 12/12/51, p. 5; 21/08/53, p.3).

Sobre a relação do jornal com os grupos envolvidos no debate, percebe-se que *OESP* adotou a estratégia de franquear suas páginas e manifestar solidariedade a entidades que mantinham um relacionamento de proximidade e afinidade ideológica com a direção do matutino. Por isso optou por ignorar as atividades do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo no noticiário e não abriu suas páginas aos líderes nacionalistas da Campanha do Petróleo. Por outro lado, deu amplo apoio em diversas seções do jornal às posições liberais defendidas pelas associações e confederações do comércio e indústria de São Paulo.

Durante as discussões sobre a criação da Petrobras, os empresários manifestaram-se publicamente com telegramas e cartas ao Congresso Nacional e aos membros do Executivo para expressar seu ponto de vista. A leitura do telegrama enviado ao Senado e a Getúlio Vargas, em 13 de novembro de 1952, pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, permitiu constatar a coincidência de pontos de vista do jornal *OESP* e das entidades citadas. Os industriais manifestavam-se contrários ao monopólio estatal, pois consideravam a exclusão da iniciativa privada prejudicial aos interesses econômicos do país. Reafirmaram a centralidade do petróleo para a economia e também apelavam aos senadores e demais políticos no sentido de não se deixarem influenciar pelas paixões políticas despertadas pela campanha nacionalista (CRUZ, 1983, p. 145-146).

*OESP* apoiou esse tipo de manifestação ao comentar o memorial que a Associação Comercial de São Paulo enviou ao Senado, expressando opinião acerca do problema do petróleo. O editorial mostra, com clareza, a semelhança de opiniões entre o jornal e os comerciantes paulistas, como se percebe no trecho abaixo:

Pela nossa parte, coincidindo o pensamento da Associação Comercial de São Paulo com o manifestado por nós, nestas colunas desde o momento em que se abriram os debates a respeito do problema do petróleo, só temos palavras de aplauso e de apoio ao que autorizada representante das classes produtoras de São Paulo escreveu no seu memorial. Será profundamente lamentável que o Senado não preste a devida atenção a esse memorial e que, depois de lançar a cesta dos papéis inúteis, aprove o projeto da Petrobras tal como saiu desfigurado da Câmara dos Deputados pelo pincel dos jacobinos manobrados pelos comunistas (*OESP*, 14/11/52, p. 3).

Entre os pontos em comum, podem-se destacar as duras críticas ao monopólio estatal, o argumento de que o Brasil não possuía capital suficiente para explorar o petróleo e a defesa da participação da iniciativa privada, nacional e estrangeira no setor. A oposição à Campanha do Petróleo também foi outro ponto em comum entre a Associação Comercial e o jornal, para ambos “O petróleo é nosso” era um movimento comunista destinado a desestabilizar o país.

### *Considerações finais*

Com essa pesquisa, foi possível acompanhar a participação do jornal *O Estado de S. Paulo* nos debates travados sobre a questão do petróleo, entre 1946-1953. Após

proceder a leitura de suas páginas, identificaram-se a posição do jornal, os argumentos utilizados para defender seu ponto de vista e os grupos sociais que representou.

Como foi possível constatar durante todo o período estudado, o matutino defendeu a abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, considerando que ao Estado caberia apenas a regulamentação e fiscalização do setor. Assim, o jornal apoiou as medidas liberalizantes da Constituição de 1946 e do Estatuto do Petróleo, aprovou e defendeu as ideias de Juarez Távora, combateu a campanha nacionalista do petróleo e o projeto de criação da Petrobras.

Para convencer a opinião pública de seu ponto de vista, *OESP* mobilizou diversos argumentos, a fim de comprovar que o capital estrangeiro era fundamental para o desenvolvimento econômico do país, em um curto espaço de tempo. O jornal considerava necessário tal investimento no setor petrolífero por este exigir a aplicação de vultosos capitais, técnicos e equipamentos estrangeiros. O exemplo da política adotada em relação ao setor petrolífero por países como México, Venezuela, Canadá, Estados Unidos, entre outros, foi utilizado para convencer o leitor de que a iniciativa privada era mais eficiente do que o Estado. Dito de outra forma, associavam-se ao capital privado as experiências bem sucedidas e ao monopólio estatal o inevitável malogro.

O movimento nacionalista foi desqualificado pelo jornal sob a alegação de que era liderado por comunistas; representava os interesses soviéticos, interessados em “agitações políticas” que prejudicassem o país; além de criar uma atmosfera de hostilidade aos investidores externos. A crítica ao projeto de criação da Petrobras, por seu turno, baseou-se na alegação de que não havia recursos suficientes no país para financiar tal empreendimento e na reiterada crítica à ação empresarial do Estado, caracterizado como administrador incompetente.

Verificou-se, ainda, que *OESP* estava de pleno acordo com os interesses das associações e federações da indústria e comércio de São Paulo, defensoras da participação do capital privado no setor petrolífero.

A pesquisa revelou uma defesa arraigada da economia de mercado, da presença do capital estrangeiro na economia brasileira. O nacionalismo, defendido por setores variados, como militares nacionalistas, preocupados com a soberania do país, e simpatizantes da esquerda, críticos ao imperialismo norte-americano, foi sumariamente desqualificado pelo jornal estudado, que não poupou esforços para convencer o leitor da

justeza de seus ideais, apresentados como sinônimo dos verdadeiros interesses nacionais.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves et. al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- BAHIA, Juarez. *Jornal: história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista, 1920-1945*. 1989. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- CARVALHO JR., Celso. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias”*. 2005. Dissertação. (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2005.
- COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- CRUZ, Adelina Maria Alvez et al. *Impasse na democracia brasileira (1951-1955): coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.
- D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.
- DIAS, José Luciano de Mattos; GLAGINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriça. *O petróleo é nosso: a luta contra o “entreguemos”, pelo monopólio estatal*. 2. ed. São Paulo: IPSIS, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Impres, 1981.
- SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova; Brasília, DF: Ed. UnB, 1978.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- 
- <sup>1</sup> Os principais jornais da imprensa comunista eram: *Tribuna Popular*, *Classe Operária*, *Imprensa Popular*, *Novos Rumos*, *Voz Operária* (Rio de Janeiro); *Hoje e Notícias de Hoje* (São Paulo); *O Momento* (Salvador).
- <sup>2</sup> O primeiro jornal do grupo foi a *Folha da Noite*, criado em 1921. Em seguida, em 1925, foi lançada a *Folha da Manhã*. No ano de 1949, surgiu a *Folha da Noite*; em 1960, os três jornais foram fundidos em um só, a *Folha de S. Paulo*. Para mais informações: MOTA; CAPELATO, 1981.
- <sup>3</sup> Nos anos de 1950, os Diários Associados eram a maior cadeia de comunicação da América Latina. Em 1952, compreendiam vinte e oito jornais, uma agência de notícias, três revistas, dezenove emissoras de rádio e duas estações de televisão. O matutino, *O Jornal*, e o vespertino, *Diário da Noite*, ambos do Rio de Janeiro, foram os órgãos líderes do grupo, que também possuía a revista de maior tiragem do país, *O Cruzeiro*.
- <sup>4</sup> Sobre a trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo*, Ver: CAPELATO; PRADO, 1980.
- <sup>5</sup> O Conselho foi o órgão responsável por autorizar e controlar a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo e seus derivados. Além disso, a ele caberia autorizar a instalação e fiscalizar o funcionamento de quaisquer refinarias, conceder autorização para pesquisa e extração de jazidas, sugerir medidas para intensificar a descoberta do petróleo, além de realizar os trabalhos de pesquisa, lavra e industrialização (CARONE, 1976, p. 177-178). A importância política do órgão era evidente, tocava-lhe o comando da política do petróleo, assim, medidas importantes foram tomadas pelo CNP, como a criação de um imposto único sobre os derivados do produto e a decisão de impedir o estabelecimento de empresas estrangeiras na atividade extrativa.
- <sup>6</sup> Nos anos de 1930 ocorreu um debate sobre a existência ou não de petróleo no território nacional envolvendo técnicos do governo federal e investidores nacionais interessados em atuar na pesquisa e exploração. Durante essas discussões foi descoberto o primeiro poço de petróleo do país, em janeiro de 1939, localizado em Lobato, região próxima à cidade de Salvador. A descoberta impulsionou investimentos do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) na Bahia. Os estudos revelaram que o poço de Lobato era subcomercial, no entanto, em maio de 1941, foi descoberto o campo de Candeias, considerada a primeira área de petróleo comercial do Brasil. No mesmo ano foi encontrado petróleo em Aratu; em 1942, em Itaparica e em 1947, foi a vez de D. João. Todos foram descobertos e explorados pelo CNP e estavam localizados na região do Recôncavo Baiano.
- <sup>7</sup> (07 dez. 1951, p. 3; 08 dez. 1951, p. 5; 09 dez. 1951, p. 9; 11 dez. 1951, p. 7; 12 dez. 1951, p. 5)
- <sup>8</sup> (08 jun. 1948, p. 10; 20 jun. 1947, p. 9; 10 jun. 1948, p. 9; 11 jun. 1948, p. 10; 02 fev. 1952, p. 3)
- <sup>9</sup> (22 nov. 1947, p. 8; 20 jul. 1948, p. 9; 09 out. 1948, p. 9; 06 jul. 1949, p. 8; 27 ago. 1949, p. 8; 16 set. 1949, p. 8; 15 dez. 1951, p. 7; 14 set. 1952, p. 16; 25 out. 1952, p. 9; 03 set. 1953, p. 10)
- <sup>10</sup> As séries de reportagens produzidas foram: *O petróleo da Bahia: inquérito do Estado de S. Paulo*, de 09 nov. 1946 a 27 nov. 1946; *O Relatório do Conselho Nacional do Petróleo*, de 08 maio 1947 a 14 maio 1947; *Visita à Bahia*, de 28 out. 1947 a 30 out. 1947; *Um plano brasileiro*, de 07 jan. 1948 a 06 fev. 1948; *O inventário econômico da América Latina*, de 01 jan. 1948 a 22 jan. 1948; *O petróleo no mundo em 1950*, de 03 fev. 1951 a 06 fev. 1951; *Campos petrolíferos da Bahia*, de 06 fev. 1951 a 20 fev. 1951; *O problema da refinarias*, de 21 fev. 1951 a 03 mar. 1951; *O petróleo na América*, de 12 maio 1953 a 24 maio 1953.

Artigo recebido em 11/03/2014. Aprovado em 22/04/2014.